



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Processo n.º: 29.315/2012 (1 volume).
Apenso n.º: 480.000.607/2012 (1 volume)
053.001.033/1995 (1 volume).
Jurisdicionada: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.
Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.
Valor envolvido: R\$ 6.333,32¹ (prejuízo apurado).

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte a servidor militar, em razão de sua passagem para a inatividade. Não houve mudança de domicílio. Controle Interno atestou a irregularidade das contas. Decisão n.º 1.820/2014: Citação do responsável. Decisão n.º 3.213/2014: Dilação de prazo para encaminhamento da defesa. Manifestação do militar. Decisão n.º 6.360/14: Autorizou o arquivamento dos autos, tendo em vista a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Interposição de Recurso de Reconsideração. Decisão da Presidência n.º 93/2014 – P/AT: Conhecimento da peça recursal, com efeito suspensivo; e abertura de prazo para oferecimento de contrarrazões pelo militar. Nova manifestação do militar. Decisão n.º 2.752/2015: Dar provimento ao recurso, para reformar os termos da Decisão n.º 6.360/2014, considerando improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelo militar; julgar irregulares as presentes contas, notificando o beneficiário para recolher o débito imputado, devidamente atualizado; aplicar a penalidade prevista no art. 60 da LC n.º 01/1994 (inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF), por um período de 5 (cinco) anos; e determinação à Segecex para realização de estudos especiais acerca da edição de normativo dispondo sobre a possibilidade de dispensa de instauração de TCE quando houver transcorrido lapso temporal superior a 10 (dez) anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente. Acórdão n.º 352/2015. Oposição de embargos de declaração pelo representante legal do militar, em face da Decisão n.º 2.752/2015 e do Acórdão n.º 352/2015. Decisão n.º 4.008/2015: Conhecimento dos embargos declaratórios e desprovisionamento do recurso, em face da ausência de obscuridade, dúvida, contradição ou omissão na decisão embargada. **Nesta fase:** Interposição de Recurso de Reconsideração, em face da Decisão n.º 2.752/2015 e do Acórdão n.º 352/2015. Exame de admissibilidade. Unidade instrutiva pugna pelo conhecimento do recurso, com efeito suspensivo na parte relativa ao recorrente, e ciência da deliberação ao recorrente e seu representante legal, com alerta de que o mérito do recurso pende de apreciação. VOTO convergente com a instrução, com ajustes redacionais.

Fundamento legal para não inclusão em pauta: art. 1º, inciso VI, da Resolução TCDF n.º 161/2003.

¹ Valor original em setembro de 1995 (fl. 10 – Apenso n.º 053.001.033/1995, fl. 25 – Apenso n.º 480.000.607/2012, fl. 22).



RELATÓRIO

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar a existência de irregularidade ocorrida na concessão e pagamento de indenização de transporte ao militar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, Sr. **Sebastião Amorim da Silva**, quando de sua passagem para a inatividade.

Na Sessão Ordinária n.º 4.683, de 24.04.2014, esta Corte de Contas proferiu a **Decisão n.º 1.820/2014** (fl. 41), transcrita a seguir:

*“I – tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto dos Processos n.ºs 053.001.033/1995 e 480.000.607/2012; II – nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94, **ordenar a citação do militar² mencionado no parágrafo 18 da Informação n.º 42/2014 – SECONT/1ªDICONT, para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa em face do percebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando de sua passagem para a inatividade;** III – retornar o feito à Secretaria de Contas, para os devidos fins.”*
(grifo acrescentado)

Por meio do item II da **Decisão n.º 3.213/2014** (fl. 49), concedeu-se dilação de prazo, ao Sr. Sebastião Amorim da Silva, para encaminhar sua defesa.

No dia 11.12.2014, o Tribunal, tendo em conta a defesa encaminhada pelo militar beneficiário (fls. 51/65), exarou a **Decisão n.º 6.360/2014** (fl. 89), nestes termos:

*“I – tomar conhecimento do documento de fl. 68 e da defesa acostada às fls. 51/65; II – **autorizar: a) o arquivamento da tomada de contas especial em exame, tendo em vista a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;** b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.”* (grifou-se)

Inconformado, o *Parquet* especial interpôs Recurso de Reconsideração em face da Decisão n.º 6.360/2014 (fls. 91/95).

Por meio da **Decisão da Presidência n.º 93/2014 – P/AT** (fl. 99), o Presidente do Tribunal conheceu da aludida peça recursal, com efeito suspensivo, assim como concedeu prazo ao Sr. Sebastião Amorim da Silva para que, querendo, *“ofereça contrarrazões ao recurso interposto nos autos”*.

No dia 23.02.2015, o militar beneficiário, por meio de representante legal (fl. 112), encaminhou suas contrarrazões ao Recurso de Reconsideração (fls. 105/111).

Na Sessão Ordinária n.º 4.788, de 07.07.2015, esta Corte de Contas, ao analisar o mérito do Recurso de Reconsideração interposto pelo

² Sr. Sebastião Amorim da Silva.



MPjTCDF em cotejo com as contrarrazões disponibilizadas pelo militar, prolatou, por unanimidade³, a **Decisão n.º 2.752/2015** (fls. 147/148), da seguinte forma:

“I – tomar conhecimento: a) das contrarrazões encaminhadas pelo Sr. Sebastião Amorim da Silva (fls. 105/112), em atenção ao item ‘III-a’ da Decisão da Presidência n.º 93/2014 – P/AT; b) da Informação n.º 182/2015 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 114/118); c) do Parecer n.º 455/2015–ML (fls. 119/124); II – dar provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo MPjTCDF às fls. 91/95, em razão da subsistência das alegações ofertadas; III – em consequência do item II, reformar os termos da Decisão n.º 6.360/2014, no sentido de: a) considerar, no mérito, improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Sebastião Amorim da Silva (fls. 51/65), mediante representante legal, em cumprimento ao item II da Decisão n.º 1.820/2014, tendo em vista que os argumentos trazidos não foram capazes de infirmar os fatos apontados nos autos em exame; b) julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas ‘b’ e ‘c’, da Lei Complementar n.º 01/1994, irregulares as contas especiais em exame; c) notificar, com fulcro no art. 26 da LC n.º 01/1994, o militar Sebastião Amorim da Silva a recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 65.258,27, apurado em 21.08.2014 (conforme demonstrativo de fl. 68), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER n.º 13/2003; d) autorizar, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior, a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar n.º 1/1994; e) aplicar ao militar Sebastião Amorim da Silva a pena de inabilitação, pelo período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, prevista no art. 60 da Lei Complementar n.º 01/1994, tendo em vista a gravidade dos fatos observados; f) aprovar, expedir e mandar publicar o Acórdão apresentado pelo Relator; IV – dar ciência desta decisão ao recorrente; V – autorizar: a) a constituição de autos apartados, pela Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal, com o intuito de realizar estudos especiais acerca da viabilidade jurídica de a Corte de Contas editar normativo específico sobre a possibilidade de dispensa de instauração de tomada de contas especial quando houver transcorrido lapso temporal superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada.” (grifos acrescidos)

Em decorrência do item “III-f” da supracitada deliberação plenária, foi expedido o **Acórdão n.º 352/2015** (fls. 150/151).

³ Presidiu a sessão o Presidente em exercício, Conselheiro PAIVA MARTINS. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO e PAULO TADEU. Participou a representante do MPjTCDF Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC B5391920

Proc 29315/2012

Fl.: 197

Proc.:29315/12

Rubrica

No dia 27.08.2015, o Sr. Sebastião Amorim da Silva, por intermédio de seu representante legal, opôs os embargos de declaração de fls. 159/164, em face da Decisão n.º 2.752/2015 e do Acórdão n.º 352/2015.

Por intermédio da **Decisão n.º 4.008/2015** (fl. 172), de 08.09.2015, o Tribunal tomou conhecimento da supracitada peça recursal e negou, “*no mérito, provimento aos embargos declaratórios manejados, ante a ausência de obscuridade, dúvida, contradição ou omissão na deliberação embargada*”.

No dia 07.10.2015, o representante legal do Sr. Sebastião Amorim da Silva interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 178/191, em face da Decisão n.º 2.752/2015 e do Acórdão n.º 352/2015.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

O Gabinete da Secont/TCDF, por meio da Informação n.º 472/2015 – SECONT (fls. 192/193), examinou a admissibilidade do recurso em tela, conforme tabela apresentada a seguir:

| 2. EXAME PRELIMINAR | SIM | NAO | N/A |
|--|-----|-----|-----|
| 2.1 PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez? | x | | |
| 2.2. TEMPESTIVIDADE: | | | |
| 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica (arts. 33 e 34) e no Regimento Interno do TCDF (art. 189)? Data da ciência da decisão recorrida: 30/09/2015 (fls. 176) Data de protocolo do recurso: 07/10/2015 (fls. 178). | x | | |
| 2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)? | | | x |
| 2.3. LEGITIMIDADE: | | | |
| 2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 33 da LO/TCDF e art. 189 do RI/TCDF)? | x | | |
| 2.3.2. A assinatura foi aposta pelo próprio recorrente ou por procurador legalmente habilitado para interpor recurso? | x | | |
| 2.4. ADEQUAÇÃO: | | | |
| 2.4.1. O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a decisão recorrida (art. 33 da LO/TCDF e art. 188, I, do RI/TCDF)? | x | | |
| 2.4.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do rol do § 4º do art. 188 do RI/TCDF (conversão/instauração TCE, audiência, diligência ou inspeção)? ¹ | x | | |
| 2.4.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatá-lo? | | | x |
| 2.5. EFEITO: | | | |
| 2.5.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 34 da LO/TCDF e do art. 189 do RI/TCDF? | x | | |
| 2.5.2. O recurso agrava a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (§ 6º do art. 188 do RI/TCDF)? | | x | |

¹ Se o interessado se insurgir contra a decisão, nos casos previstos no § 4º do art. 188 do RI/TCDF, a documentação encaminhada será aproveitada como defesa, sempre que possível, sem prejuízo da realização da citação ou da audiência, quando for obrigatória.

Diante do exposto, sugeriu-se que o Tribunal:

“*l. conheça do recurso interposto pelo Senhor Sebastião Amorim da Silva (fls. 178/191) contra os termos da Decisão nº 2752/2015 e do Acórdão nº 352/2015 (fls.147/151), conferindo-lhe efeito suspensivo, consoante estabelece o art. 34 da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c com o art. 189 do RI/TCDF e art. 1º da Resolução TCDF n.º 183/2007;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 198

Proc.:29315/12

Rubrica

II. dê ciência dessa deliberação ao recorrente e ao seu representante legal, em face do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução TCDF n.º 183/2007, informando-lhes que o recurso ainda carece de apreciação de mérito;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para a adoção das medidas cabíveis.”

As sugestões formuladas mereceram a concordância do titular da Secretaria de Contas do TCDF (fl. 193).

É o relatório.



VOTO

Nesta fase processual, examina-se a **admissibilidade do Recurso de Reconsideração de fls. 178/191**, interposto pelo Sr. Sebastião Amorim da Silva, por intermédio de representante legal, em face da Decisão n.º 2.752/2015 e do Acórdão n.º 352/2015.

Lembro que o Tribunal, por intermédio da Decisão n.º 2.752/2015 e do Acórdão n.º 352/2015, ao dar provimento ao recurso interposto pelo *Parquet* especial em face da Decisão n.º 6.360/2014, reformou os termos da aludida deliberação plenária, no sentido de: considerar improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelo militar; julgar as presentes contas como irregulares; imputar-lhe o débito de R\$ 65.258,27 (valor atualizado em 21.08.2014); e aplicar ao beneficiário a pena de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou de função comissionada no âmbito da Administração Pública Distrital pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Entendo, em harmonia com a área instrutiva, que a peça recursal em comento atende integralmente aos requisitos previstos nas normas legais aplicáveis à espécie, uma vez que:

- 1) é tempestivo, nos termos do art. 34 da LC n.º 01/1994, pois foi protocolizado em 07.10.2015, sendo que a respectiva notificação foi conhecida pelo recorrente em 30.09.2015;
- 2) o recorrente é parte legítima para interpor recurso, haja vista que lhe foi atribuída responsabilidade pelas irregularidades examinadas na TCE em apreço, com determinação para recolhimento do débito apurado (acrescido de juros e correção monetária) e aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no período de 5 (cinco) anos; e
- 3) o recurso cabível para impugnação da matéria no âmbito da TCE, de fato, é o Recurso de Reconsideração, conforme prevê o art. 33, inciso I, da LC n.º 01/1994.

Nesse sentido, deve o Tribunal conhecer do Recurso de Reconsideração em tela, conferindo efeito suspensivo na parte que diz respeito ao recorrente.

Ante o exposto, em harmonia com a área instrutiva, com os ajustes redacionais que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Sebastião Amorim da Silva (fls. 178/191), por intermédio de representante legal, em face da Decisão n.º 2.752/2015 e do Acórdão n.º 352/2015, conferindo-lhe efeito suspensivo, consoante estabelece o art. 34 da Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Fl.: 200
Proc.:29315/12

Rubrica

Complementar n.º 01/1994 c/c o art. 189 do RI/TCDF e art. 1º da Resolução TCDF n.º 183/2007;

- b) da Informação n.º 472/2015 – SECONT (fls. 192/193);
- II. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao recorrente e ao seu representante legal, nos termos do art. 4º, § 2º, da Resolução TCDF n.º 183/2007, informando-lhes que o recurso em apreço pende de exame de mérito;
- III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para os devidos fins.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2015.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator